

Fatores relacionados à institucionalização da Educação a Distância em instituições públicas de ensino superior

  **Claudinei Zagui Pareschi**

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil

claudineizagui@gmail.com

  **Braian Veloso**

Universidade Federal de Lavras (UFLA), Lavras, Minas Gerais, Brasil

braian.veloso@ufla.br

  **Daniel Mill**

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil

mill@ufscar.br

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar, por meio de Revisão Sistemática da Literatura (RSL), a resistência e o preconceito à institucionalização da Educação a Distância (EaD) em instituições públicas de ensino superior, bem como possíveis implicações desses fatores para o processo. Foram abordadas teses e dissertações defendidas entre 2019 e 2023. A RSL revelou avanços na infraestrutura e na gestão da modalidade, mas evidenciou desafios como a resistência cultural e a necessidade de políticas sustentáveis de financiamento.

Palavras-chave: Educação a Distância; Institucionalização; Sistema Universidade Aberta do Brasil; Instituições Públicas de Ensino Superior.

Resistance and prejudice in the institutionalization of public distance education: a systematic literature review

Abstract: The objective of this article is to analyze, through a Systematic Literature Review (SLR), the resistance and prejudice against the institutionalization of distance education in public higher education institutions, as well as the possible implications for the process. Theses and dissertations

defended between 2019 and 2023 were addressed. The SLR revealed advances in the infrastructure and management of the modality, but also challenges such as cultural resistance and the need for sustainable financing policies.

Keywords: Distance Education; Institutionalization; Open University of Brazil System; Public Higher Education Institutions.

Resistencias y prejuicios en la institucionalización de la educación pública a distancia: revisión sistemática de la literatura

Resumen: El objetivo de este artículo es analizar, a través de una Revisión Sistemática de la Literatura (RSL), resistencias y prejuicios a la institucionalización de la educación a distancia en instituciones públicas de educación superior, así como las posibles implicaciones para el proceso. Se cubrieron tesis y disertaciones defendidas entre 2019 y 2023. RSL reveló avances en la infraestructura y gestión de la modalidad, pero destacó desafíos como la resistencia cultural y la necesidad de políticas de financiamiento sostenible.

Palabras clave: Educación a Distancia; Institucionalización; Sistema Universitario Abierto de Brasil; Instituciones Públicas de Educación Superior.

Recebido em: 30/08/2024

Aceito em: 23/10/2024

1 INTRODUÇÃO

A Educação a Distância (EaD) é uma modalidade educacional que permite que estudantes e professores interajam no processo de ensino-aprendizagem sem estarem fisicamente presentes no mesmo lugar. Ela se caracteriza por ter mais flexibilidade de tempo e espaço e, no atual período histórico em que se encontra, pela utilização intensiva das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) como meio de interação e de compartilhamento de conteúdos, possibilitando a democratização do acesso àqueles estudantes de diferentes localidades. No país, a EaD se expandiu a partir da vigente Lei de Diretrizes e Bases (LDB/1996) e com a criação do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), em 2006, pelo Governo Federal.

Apesar do crescimento vertiginoso ao longo das últimas décadas, a modalidade a distância ainda lida com entraves no que concerne ao processo de institucionalização, especificamente nas Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES). A dependência do fomento externo, mantido pelo Sistema UAB, é, por exemplo, importante indicativo de atraso na incorporação orgânica, desvelando fragilidades que se somam a desafios culturais, como o preconceito (Ferreira; Carneiro, 2015; Veloso; Mill, 2022; Ferreira; Nascimento; Mill, 2018; Veloso *et al.*, 2023; Ferreira; Veloso, 2023). Conforme Tolbert e Zucker (1999), a baixa resistência à inovação, no seio organizacional, é fundante para se avançar da habitualização à sedimentação, processo que conduz à incorporação das práticas ao assegurar perenidade e continuidade. Para Veloso e Mill (2022), no contexto das IPES, o preconceito com a EaD não apenas sinaliza os entraves persistentes, como descortina as contradições geradas e mantidas pelo Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) que, num movimento dialético, são, ao mesmo tempo, as motrizes e os principais percalços na institucionalização da modalidade.

De acordo com Veloso e Mill (2022), a institucionalização da EaD é um *continuum* que pode assumir diferentes configurações, níveis e gradações. Trata-se de processo que envolve a incorporação das atividades da nova modalidade no âmbito institucional, a fim de superar os qualificativos “presencial” e “a distância” da educação (Ferreira; Mill, 2014). Institucionalizar, conforme entendido neste artigo, é, pois, cristalizar conhecimentos, significados, valores e procedimentos, avançando do nível informal para o formal (Ferreira; Carneiro, 2015).

Entende-se que a institucionalização da EaD é fundamental para garantir qualidade e perenidade dos cursos a distância públicos. Porém, entraves persistem, de sorte que preconceito e resistência se constituem, ainda, fatores importantes no atraso do processo. Dito isso, o objetivo deste



artigo foi analisar a resistência e o preconceito à EaD, bem como possíveis implicações para o processo de institucionalização. O problema de pesquisa, a ser tratado na RSL, foi: *De que forma se dão o preconceito e a resistência à Educação a Distância e como ambos podem afetar o processo de institucionalização da modalidade?* A seguir, apresentamos o protocolo, as fontes e estratégias de busca, os critérios de inclusão e exclusão, bem como os resultados obtidos.

Com relação à estrutura do texto, após esta introdução, tem-se a metodologia que especifica os protocolos, os critérios de inclusão e exclusão e caracteriza o material bibliográfico selecionado e analisado. Em seguida, parte-se para a análise dos dados, enfatizando, a partir de abordagem qualitativa das pesquisas selecionadas, relações entre institucionalização e o Sistema UAB, bem como interveniências do preconceito e resistência que persistem e produzem percalços na incorporação orgânica da EaD. O presente artigo se encerra com as considerações que sintetizam as reflexões e apontam para outras agendas de pesquisa.

2 BREVE DELINEAMENTO TEÓRICO

Com vistas a instituir as bases teóricas que sustentam nossa discussão, começamos definindo a EaD como modalidade em que, grosso modo, os sujeitos se encontram separados no tempo e/ou no espaço, mediados por recursos tecnológicos que viabilizam a interação pedagógica (Moore; Kearsley, 2007). Para Kenski (2013), se a educação presencial possui uma sala de aula e seus recursos concretos, humanos e tecnológicos, a EaD, por outro lado, situa-se em um não-lugar, ou num espaço virtual indeterminado. No Brasil, a modalidade é reconhecida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, de modo que o Decreto n. 9.057 a define como

[...] modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos (Brasil, 2017).

Em termos organizacionais, a EaD representa, por via de regra, uma inovação no seio das IPES, historicamente acomodadas à oferta de cursos presenciais. Sua inserção, mediante Sistema UAB, tem gerado abalo institucional, levando a lutas e embates que configuram o que podemos chamar de processo dialético de institucionalização da modalidade (Veloso; Mill, 2022). Conforme Ferreira e Carneiro (2015), a incorporação da EaD pode ser analisada à luz de indicadores, sendo eles:



planejamento, organização, infraestrutura, pessoal e serviços ao estudante.

Como processo progressivo, caracterizado por níveis e como elemento estratégico na agenda das IPES, a fim de garantir perenidade e qualidade na EaD (Ferreira; Carneiro, 2015), a institucionalização é um fenômeno intrinsecamente humano que envolve lutas institucionais movidas pelas contradições imanentes ao próprio Sistema UAB (Velo; Mill, 2022). Contradições essas que estão intimamente relacionadas ao preconceito e à resistência, sobretudo, endógenas, que perpassam a cultura organizacional. Para Vieira E. e Vieira M. (2004), as universidades públicas lidam com estruturas complexas e morosas no fluxo de decisão devido ao excesso de normas. Essa lógica de funcionamento cristaliza práticas e, frequentemente, engendra interesses corporativistas que rechaçam inovações e mudanças.

A cultura interna das IPES, portanto, tem a ver com a legitimidade (Velo; Mill, 2022), no sentido de que o consenso, no contexto organizacional, cria certa expectativa subjetiva de que os indivíduos considerem as normas e a lógica vigente como “obrigatórias”, incorporando-as ou sujeitando-se a elas (Weber, 2016). O preconceito e a resistência implicam dissidências, quer seja em nível micro, meso ou macro, fazendo com que os agentes atuem em oposição ao que está estabelecido ou é tido como legítimo. Outrossim, a resistência também pode representar uma tentativa de manutenção da ordem, como forma de assegurar o consenso e, portanto, a legitimidade do *status quo*. No tocante à EaD, preconceito e resistência são, aqui, entendidos como as práticas e atitudes, de sujeitos e/ou grupos de sujeitos, que resistem à modalidade, de tal sorte que institucionalizá-la demanda, também e especialmente, um processo de aculturação (Ferreira; Carneiro, 2005; Velo; Mill, 2022; Ferreira; Nascimento; Mill, 2018; Velo *et al.*, 2023; Ferreira; Velo, 2023).

3 METODOLOGIA

A fim de identificar, sintetizar e analisar os dados acerca da temática, foi realizada uma Revisão Sistemática de Literatura (RSL). A RSL é “[...] uma técnica ou estratégia investigativa que possibilita ótimas contribuições para pesquisas de diferentes áreas do conhecimento” (Mill, 2023, p. 227). De acordo com Galvão e Ricarte (2019), esse tipo de revisão segue protocolos específicos, no intuito de contribuir para que análise ganhe qualidade. Algumas etapas que compõem a RSL são: definição do problema de pesquisa a ser tratado na revisão; seleção das bases de dados para consulta e coleta; elaboração de estratégias de busca avançada; e sistematização das informações encontradas

(Galvão; Ricarte, 2019). Com o avanço das TDIC no contexto da cultura digital ou cibercultura (Lévy, 1999), a RSL foi potencializada, facilitando a aquisição de dados de pesquisa por meio das bases virtuais. Atualmente, é possível consultar e coletar dados de distintas instituições e diversos pesquisadores por meio de buscas realizadas diretamente na Internet. Portanto, nesta pesquisa, optou-se pela RSL como metodologia. Os procedimentos serão descritos a seguir.

3.1 Protocolos de pesquisa

Como material bibliográfico, foram consultadas apenas teses e dissertações devido à sua abordagem mais longitudinal, decorrente de período amplo de pesquisa, o que se coaduna, por exemplo, com uma possível sincronia para com o crescimento da EaD no Brasil. As fontes de pesquisa escolhidas para esta revisão sistemática foram a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), o *Google Acadêmico* e o Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Como estratégia de busca, foram mapeados textos, em português, que continham no título e/ou no resumo os descritores: “*Institucionalização*”, “*Educação a Distância*”, “*Resistência*” e “*Preconceito*”.

3.2 Critérios de inclusão e exclusão

Os critérios de inclusão foram teses e dissertações defendidas em IPES brasileiras no período de 2019 a 2023, na área Educação, conforme classificação da Capes. O recorte temporal foi selecionado devido ao período de já maturidade do Sistema UAB e aos avanços em estudos que subsidiam visões mais desenvolvidas sobre institucionalização da EaD em IPES. Como critérios de exclusão, têm-se textos de áreas que não eram da Educação (como Saúde e Direito), trabalhos que não forneceram resultados relacionados diretamente ao problema da pesquisa e textos repetidos nas bases de busca.

3.3 Pesquisas selecionadas

A fim de restringir a pesquisa, foram utilizados, em todas as bases consultadas, os seguintes filtros: textos em português e recorte temporal compreendendo o período de 2019 a 2023. A pesquisa realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), com os descritores

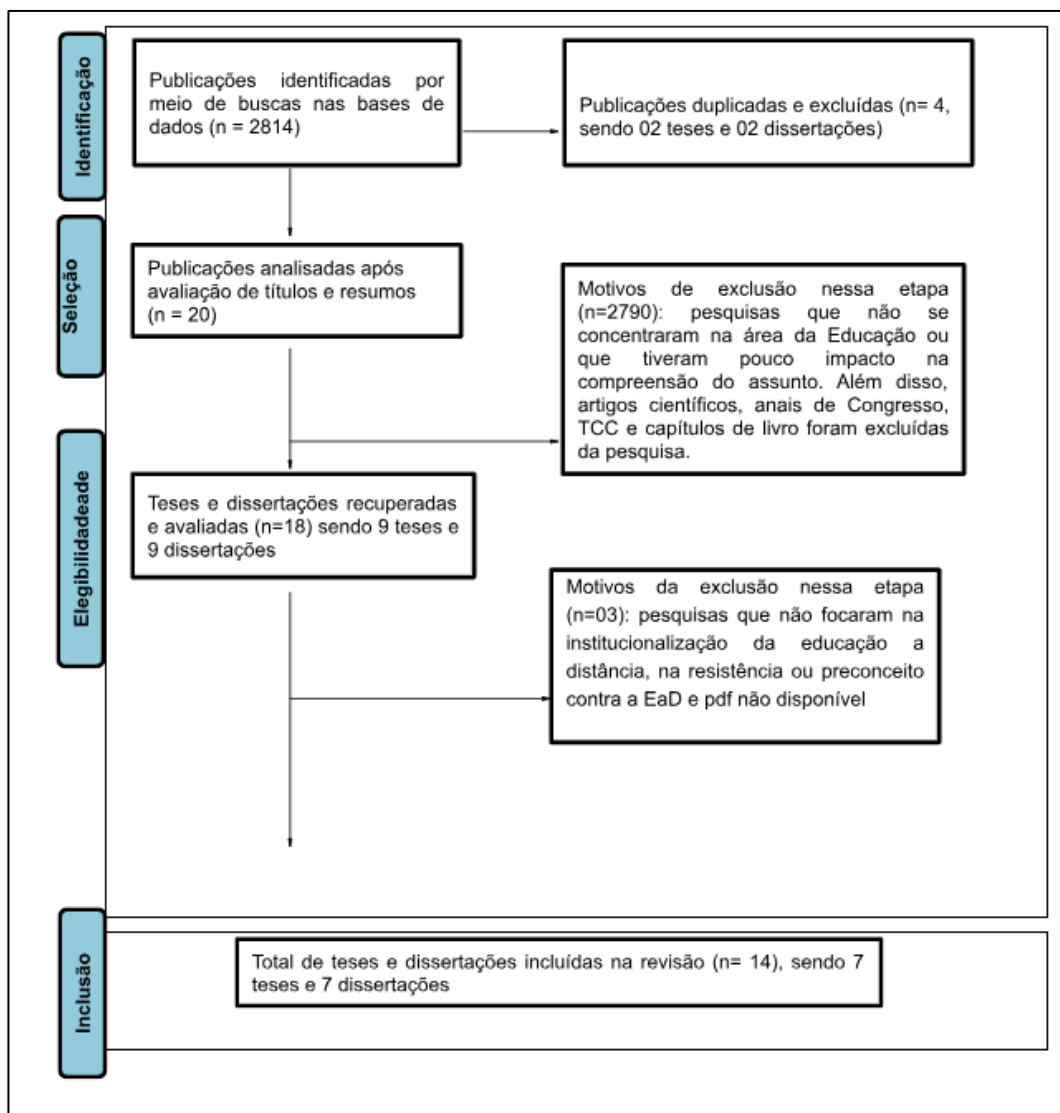
informados anteriormente, retornou 1.553 resultados. Após a leitura dos títulos e dos resumos, foram utilizados os seguintes critérios de exclusão: dissertações e teses que não descreviam institucionalização a partir de referência ou critérios claros e consistentes; que não apresentaram metodologias apropriadas; que não apresentaram resultados e discussões consistentes; que fizeram uso de conceitos equivocados ou insuficientes; textos em outras línguas; textos da área médica e do direito. Após a triagem, foram selecionadas cinco dissertações e cinco teses, totalizando dez textos aderentes à proposta da RSL.

Com a pesquisa realizada no *Google Acadêmico*, foram encontrados 1.210 resultados. Com base nos descritores e nos critérios de elegibilidades e de exclusão, não se considerou dissertações e teses que não descreviam institucionalização a partir de referência ou critérios claros e consistentes; que não apresentaram metodologias apropriadas; que não apresentaram resultados e discussões consistentes; que fizeram uso de conceitos equivocados ou insuficientes; textos em outras línguas; textos da área médica e do direito, artigos científicos, capítulos de livros e textos publicados em anais de congresso. Após a triagem, foram selecionados 12 textos, sendo cinco dissertações e sete teses acerca do tema. Como duas teses e duas dissertações se repetiram em ambas as bases (BDTD e *Google Acadêmico*), foram excluídas, restando somente oito textos extraídos do *Google Acadêmico*.

No Banco de Teses e Dissertações da Capes, foram encontrados, inicialmente, 51 resultados. Após a triagem, somente 10 artigos foram escolhidos para leitura por atenderem aos critérios de inclusão e exclusão. Entretanto, foi constatado que todas as teses e dissertações encontradas no Banco da Capes estavam repetidas nas bases de dados anteriores e, por isso, foram desconsideradas.

Ao final, após a leitura integral dos 18 textos, três foram excluídos, pois, apesar de abordarem diretamente a EaD, não versavam acerca da institucionalização, nem tampouco sobre o preconceito ou a resistência relacionada à modalidade. Aliás, um texto não estava disponível para *download*. Assim, foram selecionadas, para este artigo, sete teses e sete dissertações, totalizando 14 trabalhos, conforme demonstra o fluxograma a seguir:

Figura 1 – Fluxograma do processo de busca e seleção dos artigos



Fonte: Autoria própria (2024).

Mediante análise crítica dos textos selecionados, realizou-se a classificação por título, autor, ano de publicação e instituição, conforme Quadro 1.

Quadro 1 – Classificação das teses e dissertações analisadas

TÍTULO	AUTORES	ANO	UNIVERSIDADE	TIPO DO TRABALHO
A Gestão da Educação a Distância: Um Estudo a Partir da Universidade Federal de Pelotas	RADIN, Marley Maria Tedesco	2019	UFPE	Tese





Percurso e processo de institucionalização da Educação a Distância na Universidade Federal de Mato Grosso	PETTER, Rosemary Celeste	2019	UFMT	Tese
O processo de institucionalização da educação a distância na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) no período de 2004 a 2018	CHAQUIME, Luciane Penteadó	2019	UFSCar	Tese
Organização do Trabalho Docente em Cursos de Graduação na Modalidade a Distância da UFPB	MANGUEIRA, Caroline H. M de Medeiros	2019	UFPB	Dissertação
Institucionalização da educação à distância na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) histórico, processos e fases	VILELA, Tânia Jucilene Vieira	2019	UFGD	Dissertação
A institucionalização da Educação a Distância no Ensino Superior público brasileiro: uma revisão sistemática de literatura	MOREIRA, Iracema Eliza de Vasconcelos	2021	UFSCar	Dissertação
Corpos e culturas na educação a distância: um estudo de caso sobre formação e experiência em duas instituições públicas de ensino superior na Bahia/Brasil	CARVALHO, Jucineide Lessa de	2021	UFBA	Tese
Incorporação orgânica da Educação a Distância	VELOSO, Braian Garrito	2022	UFSCar	Tese
O Curso de Licenciatura em Pedagogia EaD da Universidade Federal de São Carlos: Reflexões Sobre o Currículo	FONSECA, Ione Barbosa	2022	UFSCar	Dissertação
A institucionalização da EaD no contexto da educação profissional e tecnológica: o caso do IF Goiano	CRUZ, Joseany Rodrigues	2022	UFG	Tese
Políticas de EaD na UFMS: Acesso e Inovação na Educação Superior	TAVEIRA, Franciele Ap. Henrique	2022	UFMS	Dissertação
Educação a distância: uma proposta de institucionalização para a Universidade Federal de Santa Maria	SOUZA, Endrigo A. Gonçalves	2023	USFM	Dissertação
Institucionalização da EaD, por meio do Sistema UAB, nas Instituições Públicas de Ensino Superior: o caso da UFPA	ALVES, Amanda Oliveira de A.	2023	UFP	Dissertação
A Formação Inicial de Professores de Matemática na Modalidade a Distância: um olhar sob a perspectiva Histórico-Cultural	ARAÚJO, Sarah Mendonça de	2023	UFU	Tese



Fonte: Autoria própria (2024).

4 ANÁLISES E DISCUSSÕES

O estudo de Radin (2019) analisa as dificuldades e potencialidades da gestão da EaD na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), nos Relatórios de Gestão dos exercícios de 2007 a 2018. Sua análise documental e revisão temática basearam-se nas cinco dimensões propostas por Ferreira e Carneiro (2015): planejamento, organização, infraestrutura, pessoal e serviços ao estudante. No período estudado, os resultados mostraram avanços importantes por parte da UFPEL/UAB, como a realização de reuniões técnicas para resolver pendências, estabelecimento de convênios, ampliação do atendimento aos usuários por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem, formação de equipes multidisciplinares e a implementação de colação de grau via webconferência, contribuindo para a eficiência e redução de custos na EaD.

Radin (2019) ainda constatou, no processo de análise documental, dificuldades na gestão da EaD na UFPEL, como a rotatividade de coordenadores, prejudicando o crescimento e o planejamento da modalidade e resultando na descontinuidade e inoperância das ações. Radin (2019) encontrou, inclusive, relatórios de gestão incompletos, com ausência de informações importantes. Identificou, ademais, falta de comprometimento com a Capes em razão da não entrega de relatórios financeiros e técnicos entre 2007 e 2017 e a necessidade de mapeamento da evasão e retenção dos estudantes.

Petter (2019) explora o processo de institucionalização da EaD na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), considerando sua organização normativa, acadêmica e administrativa. Por meio de um estudo de caso de abordagem qualitativa, o autor constatou que a EaD na UFMT passou por três fases, caracterizadas por ações normativas e acadêmicas para sua institucionalização. Como desafios na instituição, Petter (2019) elencou a baixa capilarização da EaD, o comprometimento da identidade institucional devido à dependência do modelo de financiamento da UAB, a resistência interna nas unidades acadêmicas pela falta de conhecimento de suas particularidades e a visibilidade restrita da modalidade. Petter (2019) conclui que há necessidade de fortalecer a implementação e promover a institucionalização efetiva da EaD na cultura da UFMT.

Chaquime (2019), numa abordagem qualitativa, ao analisar a institucionalização da EaD na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) no período de 2004 a 2018, destacou que a Instituição começou com a adesão ao Sistema UAB nas ofertas de cursos de graduação, ocasionando a criação

de uma unidade gestora de EaD incorporada à estrutura da Universidade, bem como criação de normas, procedimentos e regulamentações. Para a pesquisadora, a institucionalização da EaD na UFSCar conciliou o papel de democratização do ensino superior com a sua própria manutenção enquanto organização. Ao final, a autora pontua a tendência para a implementação da Educação Híbrida e de maior submissão da UFSCar ao modelo de privatização, à medida que amplia a oferta de cursos de especialização não gratuitos e faz parcerias com o setor privado.

Mangueira (2019) aborda o tema do trabalho docente na EaD, analisando elementos que permeiam sua organização na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). A pesquisa descreve o processo histórico de institucionalização na Universidade, o perfil dos docentes da EaD, a organização do trabalho docente na modalidade e sua relação com a legislação dos cursos a distância. Os dados de Mangueira (2019) indicam a percepção de fatores de intensificação do trabalho por parte dos professores, salientando, também, a necessidade de formação inicial e continuada. Para a autora, a precarização da EaD existe e pode aumentar se não forem realizadas intervenções por parte da administração da Instituição.

Vilela (2019) faz uma análise do processo de institucionalização da EaD na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). O autor evidencia que o início da EaD na instituição se deu a partir da adesão ao Sistema UAB com o objetivo de expandir a educação superior no país. Essa medida proporcionou, à gestão, o envolvimento de segmentos institucionais para a contratação de docentes, técnicos, estudantes e tutores, bem como a formação da coordenação de cursos, a implementação de condições estruturais para a criação e construção da Faculdade de Educação a Distância e outras maneiras de expansão da EaD, além dos cursos da UAB. Entretanto, a contenção de recursos federais inviabilizou a consolidação da institucionalização da modalidade na UFGD, não expandindo conforme pretendia o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Moreira (2021) apresenta o panorama de publicações de trabalhos acadêmicos que tratam diretamente da EaD em IPES. Sua pesquisa identificou 29 trabalhos relacionados ao tema. A autora destacou a importância da EaD na criação de Centros Tecnológicos nas Instituições de Ensino Superior, responsáveis pela formação de milhares de estudantes para a docência. Ademais, constatou avanços e retrocessos nas políticas públicas voltadas para a modalidade. Ainda, observou que o tema precisa ser amplamente debatido na comunidade acadêmica, pois necessita da atenção por parte do Estado para garantir o isomorfismo entre EaD e educação presencial, bem como superar os entraves pedagógicos e administrativos essenciais para a efetivação da missão das IPES no tocante à melhoria

da qualidade e ampliação do acesso à educação no Brasil.

Veloso (2022) analisou como as universidades públicas, estaduais e federais (sem incluir, portanto, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia), que atuam no âmbito do Sistema UAB, se organizam a fim de incorporar a EaD em suas práticas institucionais. O autor concluiu que a institucionalização da modalidade nas IPES é um processo dialético, marcado por contradições e conflitos institucionais. Constatou, ainda, avanços no processo, principalmente devido à inclusão da modalidade em documentos normativos e à criação de órgãos gestores para a modalidade.

Todavia, Veloso (2022) discute que a incorporação da EaD nas instituições ainda enfrenta muitos desafios, como preconceitos e resistências, que precisam ser superados para alcançar uma incorporação orgânica. O autor propõe, também, a superação daquilo que chama de “institucionalização da precariedade”, visando maior integração da EaD nas IPES. Veloso (2022) considera importante incentivar uma cultura organizacional que conceba os cursos a distância como parte integral do sistema educacional, e não como uma modalidade marginalizada – cenário que precisa ser alcançado para superar a dicotomia entre EaD e educação presencial, promovendo integração harmônica entre as modalidades.

Fonseca (2022) realiza um debate acerca do currículo do curso de Pedagogia EaD da UFSCar, enfatizando avanços na formação do pedagogo, além de permanências e rupturas relativas ao currículo. Suas conclusões destacam que a EaD pode favorecer a construção de comunidades de aprendizagem e contribuir para a formação inicial de professores. Para a autora, a modalidade enfrenta desafios que incluem a necessidade de superar preconceitos e resistências institucionais, a fim de garantir a qualidade na formação. Sugere, ainda, o fortalecimento das políticas públicas de EaD, a criação de um currículo flexível que atenda às demandas contemporâneas e a promoção de uma cultura institucional que valorize a EaD como modalidade educacional legítima e eficaz.

Já Cruz (2022) analisa a institucionalização no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano) com foco na influência do contexto neoliberal capitalista sobre a EaD e a educação profissional e tecnológica. Como resultado, constatou que, embora ações na modalidade estejam em curso, ainda há carência considerável de avanços para que haja avanços na institucionalização. A autora argumenta que uma formação profissional humana, autônoma e cidadã, por meio da EaD, só é possível com a modalidade institucionalizada, culturalmente integrada e legitimada pelas instituições educacionais como parte de sua oferta regular de cursos. Ainda, para que essas instituições sejam autônomas, é importante que possam garantir sua independência de

programas de fomento, que servem à lógica mercantil, focados na mão de obra para o mercado.

Taveira (2022) investigou políticas públicas de EaD na educação superior, enfatizando os conceitos de acesso e inovação presentes nos documentos institucionais na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) entre 2010 e 2020. A autora utilizou o materialismo histórico dialético como método de análise, concluindo que o acesso e a inovação se apresentaram de maneira genérica nos documentos institucionais da UFMS. Esses indicadores foram encontrados somente no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI/2020-2024) e no Plano de Desenvolvimento da Unidade – Agência de Educação Digital e a Distância (2020-2024). Por fim, destaca a necessidade de avanços na institucionalização e fortalecimento das normativas por parte da UFMS, afirmando que esse processo ainda está em andamento na instituição pesquisada – embora caiba destacar, como crítica dos autores deste artigo, que a institucionalização se constitui como *continuum* e que o fortalecimento de normativas, *per se*, não configura institucionalidade. Entre os desafios, estão a necessidade de maior clareza e detalhamento nos documentos institucionais acerca de como acesso e inovação são abordados e implementados. A dissertação sugere o fortalecimento das políticas institucionais e a necessidade de planejamento mais articulado e específico, que contemple as particularidades da EaD e promova efetivamente o acesso e a inovação no contexto da educação superior.

Souza (2023) discute os referenciais identificados em uma proposta de institucionalização da EaD na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), sistematizando informações acerca da trajetória da modalidade na Instituição. Identifica as ações da UFSM relacionadas à institucionalização da EaD após sua entrada no Sistema UAB. A autora investiga de que maneira as ações de EaD estão vinculadas às políticas da Instituição, elencando demandas relacionadas à institucionalização da modalidade. Os resultados de sua pesquisa sugerem a possibilidade de incluir a oferta dos cursos a distância na carga horária dos docentes, embora ainda não seja considerada a carga didática associada ao planejamento das disciplinas semestrais. Destaca-se a necessidade de apoio institucional nos conselhos da UFSM para promover a implantação da modalidade. A autora reconhece, também, a importância do corpo técnico da instituição no desenvolvimento da EaD, incluindo o setor administrativo e as equipes multidisciplinares, de tecnologia da informação e de capacitação. Por fim, sugere a criação de políticas que promovam a autonomia institucional na oferta de cursos a distância, sem depender exclusivamente de editais de fomentos externos, apontando inclusive e o fortalecimento das estruturas estatutárias de suporte à modalidade, como equipes multidisciplinares e de tecnologia da informação.

Por fim, Alves (2023) investiga o processo de institucionalização da EaD na Universidade Federal do Pará (UFPA) e as implicações decorrentes. Os resultados da pesquisa evidenciam que a institucionalização da EaD, por meio do sistema UAB na UFPA, é marcada por complexidades e diversas problemáticas. Entre elas, destacam-se a alteração das relações de trabalho, que resulta na precarização e na intensificação do trabalho docente; o esvaziamento da formação universitária diante da impossibilidade de participação dos estudantes da EaD nos editais de auxílio, bolsas e programas ofertados pela universidade, assim como de representação estudantil nos conselhos universitários; e a flexibilização institucional, materializada pela maneira de organização, gestão, avaliação e modelos didático-pedagógicos adotados nos cursos do Sistema UAB.

4.1 Institucionalização da Educação a Distância e o Sistema Universidade Aberta do Brasil

A relação entre institucionalização da EaD e Sistema UAB é evidente, uma vez que essa política pública é, tal como discutem Ferreira e Carneiro (2005), Veloso e Mill (2022), Ferreira, Nascimento e Mill (2018), Veloso *et al.* (2023), e Ferreira e Veloso (2023), central na análise do processo. Nesse sentido, alguns autores das pesquisas analisadas apontaram essa relação. A UAB, como política do Governo Federal, foi criada com o objetivo de democratizar e interiorizar o acesso ao ensino superior por meio da EaD. Esse Sistema tem permitido a ampliação da oferta de cursos superiores nas IPES, particularmente na área de formação de professores. Entretanto, a política da UAB possui problemas já considerados persistentes e que precisam ser analisados detidamente, a fim de que sua missão possa se efetivar. “É importante pensar, no entanto, que a UAB não é a EaD. A UAB é uma política e, como toda política, é limitada” (Carvalho, 2021, p. 44).

Tendo em vista a diversidade cultural e as desigualdades social e econômica presentes no Brasil, é essencial que se discuta outros modelos de EaD, menos engessados e mais condizentes com as realidades e potencialidades locais. “A realidade do cotidiano e as necessidades dos alunos são elementos fundamentais para o desenho pedagógico dos cursos, a organização curricular e a escolha dos recursos tecnológicos a serem utilizados” (Radin, 2019, p. 45).

Nesse sentido, analisando o caso da UFPel, Radin (2019) afirma que a UAB e outras políticas públicas, como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), foram responsáveis pela ampliação de cursos e vagas. Para o autor, muitas ações foram desenvolvidas pela UFPel na EaD desde 2007, apresentando conquistas e desafios no processo.

Destacam-se, porém, dificuldades econômicas e financeiras que impulsionaram a UFPel a buscar recursos para além da atual política de fomento.

De acordo com Alves (2023), as discussões acerca da oferta de cursos por meio da EaD na UFPA começaram na década de 1990. Porém, somente em 2008, com a inserção do Sistema UAB na Instituição, a modalidade se estruturou e foi possível a ampliação do número de vagas. Há que se considerar, nessa ótica, que a dependência de uma política de fomento externa, de governo e não de Estado, faz com que os subsídios não sejam regulares e o financiamento não esteja incluído na matriz orçamentária das universidades¹, gerando incertezas e comprometendo a incorporação da EaD nas IPES. Isto é, “por conta do seu modelo de financiamento, a UAB vem sobrevivendo em meio a inconsistências orçamentárias e contando com um orçamento que oscila de acordo com o termômetro político do país” (Alves, 2023, p. 19).

Outro ponto pertinente, citado por Cruz (2022), concerne ao regulamento próprio da UAB, que, em muitos aspectos, se sobrepõe ao das IPES, como estatutos, PDI e outros documentos legais. Ainda, “[...] no caso da UAB, a instabilidade dos editais impacta na organização da EaD nas instituições públicas de ensino (IPES), que dependem do fomento para manter suas ofertas” (Cruz, 2022, p. 187). O IF Goiano, tendo aderido à UAB e à Rede e-Tec, iniciou paralelamente o processo de institucionalização da EaD, que ainda está em curso, buscando, assim, maneiras de consolidar a EaD para além dos programas governamentais.

Segundo Vilela (2019), na UFGD, o processo de institucionalização da EaD iniciou-se a partir da adesão ao Sistema UAB, visando à expansão do ensino superior no Brasil (Vilela, 2019). Ao mesmo tempo em que induziu ações na modalidade, a política de fomento gerou dependência, limitando o financiamento a regras preestabelecidas via edital. Outra situação apontada pela autora enfatiza que a UAB promove rupturas no processo de institucionalização da EaD quando cria um sistema de contratação de profissionais por meio de bolsas, promovendo um processo de dependência da instituição ao próprio sistema UAB.

A descontinuidade dos programas de governo é apontada pelas pesquisas como um grave problema. Para Petter (2019), um cenário ideal implicaria a criação ou transformação de programas

¹ Há que se mencionar que as IPES já vivem, atualmente, um cenário de subfinanciamento, de modo que a luta por recursos orçamentários, envolvendo EaD e cursos presenciais, tendencialmente favorece o lado mais institucionalizado e tradicional do embate.

de financiamento, como a UAB, em políticas de Estado, isto é, de caráter permanente. Isso porque o processo de implantação da UAB pela Capes é envolvido em contradições:

Por um lado, promoveu a adoção da educação a distância no sistema federal, viabilizando a sua mobilização e a sua adoção de forma universalizada a todas as IFES, capilarizando a oferta para todo o contexto brasileiro. Por outro lado, criou uma diferenciação entre as condições de oferta dos cursos presenciais e a distância dentro do próprio sistema federal, e ainda, aprofundando essa polarização no contexto das próprias instituições (Vilela, 2019, p. 75).

De acordo com Chaquime (2019), a institucionalização da EaD na UFSCar está intimamente ligada à inserção do Sistema UAB. Esse processo impulsionou mudanças estruturais e organizacionais na instituição que viabilizaram o início da incorporação sistêmica. Por exemplo, foi criada a Secretaria Geral de Educação a Distância (SEaD), que é responsável por dar suporte aos cursos UAB-UFSCar, auxiliando no desenvolvimento de recursos tecnológicos e formações continuadas em EaD e no uso de tecnologias digitais na educação.

Entende-se que o Sistema UAB colaborou para expandir os cursos das IPES que já ofereciam EaD, criando um cenário favorável à modalidade (Petter, 2019). Esse marco na educação brasileira se tornou uma referência quando se discute a institucionalização da modalidade. A título de exemplificação, na UFMT, que já possuía *expertise* em EaD antes de 2006, a adesão à UAB proporcionou a expansão interna dos cursos a distância, auxiliando no cumprimento de metas presentes no PDI. Cita-se, como ilustração, o fomento por meio de capital e custeio, bem como capacitação/formação, que possibilitaram a melhoria da infraestrutura física e tecnológica para a EaD. Porém, conforme Petter (2019), se, por um lado, a UAB viabilizou a ampliação da modalidade na UFMT, por outro, essa política criou entraves para a institucionalização, uma vez que as IPES, ao aderirem aos editais, só têm autonomia para escolha de cursos e elaboração das propostas pedagógicas, não tendo total controle quanto à decisão do número de vagas, da localização dos polos de oferta e da alocação de recursos.

Portanto, é fato que “[...] a criação e o estabelecimento do Sistema UAB como principal política de fomento à EaD pública acabou por gerar uma padronização nas ofertas de cursos a distância no interior das IPES” (Veloso, 2022, p. 86). Em meio à precarização gerada pela modalidade, há que se considerar o preconceito e a resistência como fatores que, embora tenham diminuído ao longo das últimas décadas, ainda se constituem percalços na institucionalização da EaD. Essa temática apareceu em algumas das pesquisas analisadas.

4.2 Preconceito e resistência à Educação a Distância: relações com o Sistema Universidade Aberta do Brasil

De acordo com Veloso (2022), a EaD lida historicamente com preconceito por parte de gestores, docentes e estudantes da educação presencial, além de preconceito decorrente da própria sociedade – endógeno mesmo. Parte basilar dessa resistência se relaciona ao fato de que, no âmbito das universidades públicas brasileiras, os cursos a distância se inseriram em sistemas organizacionais historicamente acomodados à oferta tão somente de cursos presenciais. Diferentemente de experiências educacionais europeias, por exemplo, o Sistema UAB adota uma perspectiva que, conforme Belloni (2003), pode ser classificada como “integrada” ou “*dual-mode*”, na medida em que as instituições operam, ao mesmo tempo, com a educação presencial e a EaD.

As tendências mais prováveis no mundo, hoje, indicam uma convergência das duas modalidades de ensino (presencial e a distância) e sinergias positivas entre elas, com vantagens para ambas: o ensino convencional se beneficiaria com as inovações técnicas e metodológicas trazidas pela EaD e o ensino a distância seria beneficiado pela longa experiência e excelência acadêmica das universidades (Belloni, 2013, p. 256).

Nesse sentido, a oferta de cursos a distância, no bojo de instituições acomodadas à oferta de cursos presenciais, influi em aspectos pedagógicos, administrativos, tecnológicos, logísticos e humanos que, comumente, precisam ser reorganizados para atender às novas demandas (Rumble, 2003). É por isso que a EaD, no caso brasileiro, e mantendo nosso recorte às IPES, representa inovação na medida em que gera abalo institucional e incita mudanças frequentemente envolvidas em embates institucionais (Veloso, 2022).

A institucionalização, portanto, compreende incorporar práticas consideradas inovadoras. Entretanto, esse processo não se dá sem lutas, sobretudo num contexto de escassez e luta por imposição de sentidos e absorção de vantagens competitivas, uma vez que diferentes atores acabam por se opor e rechaçar a EaD. Tal cenário de embates, envolvidos no que Veloso (2022) chamou de “movimento dialético”, tem forte relação com as contradições geradas e mantidas pelo Sistema UAB, tendo raízes nas visões preconceituosas e de resistência em face da inovação que abala a cultura organizacional.

Para Platt (2009), a incorporação de uma mudança institucional exige três condições importantes: i) apoio institucional; ii) padronização de procedimentos e processos; e iii) incorporação

de normas e valores, inerentes à mudança, à cultura organizacional. Quer dizer que o apoio da instituição – e, evidentemente, dos sujeitos que a ela dão forma – é imprescindível para a institucionalização da EaD. Porém, tanto esse apoio se restringe a alguns setores ou grupos de sujeitos, como os *champions*² (Tolbert; Zucker, 1999), mais a incorporação da modalidade a distância lida com forças contrárias, frequentemente antagônicas, que buscam rechaçá-la.

A pesquisa de Veloso (2022), a título de exemplificação, mostra-nos que a palavra “luta” é recorrente na fala de gestores da EaD, quando rememoram processos de avanços – por vezes retrocessos – no que respeita aos movimentos de incorporação da modalidade.

A palavra luta aparece com certa frequência na fala dos gestores, quando estes se referem àquilo que consideram como progresso na incorporação, manutenção e persistência da EaD. Encontra-se, aí, um caráter dialético, de onde os aparentes antagonismos entram em atrito e originam sínteses, representadas pelos avanços, mas também retrocessos na institucionalização (Veloso, 2022, p. 82).

É fato que a resistência aos cursos EaD nas IPES tem diminuído devido a elementos como experiência, aumento de pesquisas na área e ampliação de casos de sucesso envolvendo cursos e estudantes. No entanto, o preconceito ainda existe e tem se mostrado fulcral na análise da institucionalização, posto que gera entraves e embates que são importantes objetos de reflexão por parte de pesquisadores da área.

Diante do exposto, demos ênfase, na análise das teses e dissertações selecionadas por meio da RSL, às discussões e análises que enfatizam notadamente o preconceito e a resistência à EaD. O debate não se desvencilha do Sistema UAB, haja vista que, reiteramos, essa é a principal política pública de indução à modalidade. Política essa que, de acordo com Veloso (2022), se trata, num movimento dialético, da principal responsável pela expansão dos cursos a distância públicos, ao mesmo tempo que se constitui, atualmente, como percalço fundamental na institucionalização da modalidade.

Analisando as pesquisas por meio da RSL, tem-se que Radin (2019), citando Vieira (2016), revela que ainda há preconceitos em torno da EaD por vários motivos: desconhecimento da metodologia empregada; críticas à falta de qualidade do ensino ofertado; falta de preparação dos estudantes e professores para lidarem com a modalidade e seus recursos; além da distância física entre

² Sujeitos que, quando da inserção de uma inovação no seio organizacional, compõem os grupos pioneiros que atuam em prol das práticas inovadoras – no caso deste texto, a EaD – e agem em prol das mudanças necessárias, contribuindo para a institucionalização.

estudantes e professores, ocasionando sentimentos de solidão e desmotivação.

Araújo (2023) cita que não se pode negar a contribuição do Sistema UAB para a ampliação da EaD no Brasil. No entanto, o autor afirma que a política pode ter contribuído para o aumento de resistências frente à modalidade, dificultando a sua regulamentação e a sua institucionalização nas IPES. Frisa, ainda, que para ser consolidada nas IPES, a modalidade precisa ser independente de programas de financiamento, como a UAB.

De acordo com Souza (2023, p. 97), “[...] o preconceito e a resistência de alguns atores são grandes barreiras para que o processo de institucionalização ganhe voz e vez na UFSM”. O autor descreve referenciais a serem seguidos na proposta de institucionalização da UFSM e, dentre eles, destaca a importância da mudança na cultura organizacional, com o intuito de mitigar os preconceitos e resistências no tocante à EaD, exaltando os pontos fortes da modalidade.

Da mesma maneira, Vilela (2019) afirma que a cultura institucional pode gerar um ambiente de resistência à inovação (inclusive à EaD). Nesse sentido, é necessário que ocorra uma avaliação na instituição para detectar se ela se preocupa com a excelência profissional e com o compromisso social, averiguando, também, se existem intenções de expansão e desenvolvimento de seus cursos, independentemente da modalidade. Conforme mais pessoas vão integrando a modalidade, com posições favoráveis ao processo, a resistência à institucionalização da EaD tende a diminuir.

Chaquime (2019) define três limitadores à continuidade da institucionalização da EaD na UFSCar e que geram resistência da comunidade acadêmica à modalidade. Dentre eles, destaca-se o preconceito em relação à EaD, proveniente, muitas vezes, do desconhecimento das especificidades e potencialidades das TDIC. Muitos acreditam que a modalidade não passa de uma transposição dos modelos educacionais presenciais, não possuindo controle da aprendizagem dos estudantes, o que não permitiria o desenvolvimento de uma educação de qualidade.

Em entrevistas com gestores da EaD da UFMT, Petter (2019) percebeu a descrença, a falta de interesse e o preconceito por parte de alguns gestores e professores que não trabalhavam na modalidade ao revelarem a necessidade de justificar solicitações e negociar encargos docentes para os cursos. Com a entrada de novos docentes, a resistência à modalidade vem diminuindo e o preconceito é quebrado quando muitos entendem as particularidades e as implicações positivas que a EaD tem na vida dos estudantes, principalmente com relação àqueles que residem no interior.

Pois bem, salienta-se que o Sistema UAB não inaugura o preconceito contra a EaD, mas essa

política de fomento, com suas contradições, intensifica a resistência. Veloso (2022), em sua pesquisa acerca do preconceito à modalidade, afirma que a maior resistência nas IPES geralmente se origina de professores e estudantes da educação presencial, relacionando-se à falta de conhecimento a respeito da modalidade, à falta de estrutura ou regulamentação e ao medo da precarização do trabalho docente. O autor, portanto, conclui que “[...] a EaD está envolvida num contexto de resistência. Esta que, na maior parte das vezes, não parte, mais recentemente, dos órgãos gestores ou de administração, mas sim dos sujeitos que perfilam a cultura organizacional, isto é, docentes e alunos dos cursos presenciais” (Veloso, 2022, p. 148).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão sistemática de literatura apresentada neste artigo evidencia que a institucionalização da EaD em IPES tem avançado significativamente, mas ainda enfrenta desafios persistentes. A análise das teses e dissertações revelou que, embora a EaD tenha se expandido e se consolidado como uma modalidade educacional relevante, especialmente por meio do sistema UAB, a plena integração dos cursos a distância nas IPES é dificultada por fatores como resistências culturais e preconceitos enraizados.

A oposição à EaD não se limita ao corpo docente e administrativo, mas permeia a percepção dos estudantes dos cursos presenciais, indicando a necessidade de mudança cultural mais ampla nas IPES. Além disso, a dependência de políticas de financiamento externo, como os editais da UAB, cria instabilidades que influem negativamente na sustentabilidade e na qualidade da EaD.

Logo, para que a institucionalização seja efetiva, é imprescindível que as IPES desenvolvam políticas internas visando promover a integração orgânica da EaD às suas práticas regulares, garantindo a qualidade e a equidade em relação à educação presencial. Isso inclui a necessidade de formação continuada dos docentes, o fortalecimento das infraestruturas física e tecnológica e a promoção de um ambiente institucional que valorize a EaD como uma modalidade legítima.

Por fim, é essencial que futuras pesquisas abordem as lacunas identificadas por esta RSL, como a ausência de estudos longitudinais e a necessidade de maior compreensão das percepções dos estudantes. Superar os desafios existentes, por meio do esclarecimento proporcionado, também, pela produção científica, é fundamental para garantir que a EaD não seja apenas uma alternativa barata e precarizada ao ensino presencial, mas uma modalidade integral e



integrada ao sistema educacional brasileiro, capaz de produzir efeitos importantes, qualificados e à altura das demandas de desenvolvimento socioeducacional do país.

6 REFERÊNCIAS

ALVES, A. O. de A. **Institucionalização da EaD, por meio do sistema UAB, nas instituições públicas de ensino superior: o caso da UFPA.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará. Belém, 2023. Disponível em: <https://ppgedufpa.com.br/arquivos/File/dissertaamanda.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2024.

ARAÚJO, S. M. **A formação inicial de professores de matemática na modalidade a distância: um olhar sob a perspectiva histórico-cultural.** Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/37567>. Acesso em: 21 ago. 2024.

BELLONI, M. L. **Educação a distância.** 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2003, 115p.

BELLONI, M. L. Mídia-educação e educação a distância na formação de professores. In: MILL, D.; PIMENTEL, N. (Orgs.). **Educação a Distância: desafios contemporâneos.** São Carlos: EdUFSCar, 2013. p. 245-265.

BRASIL. **Decreto n. 5.800 de 08 de junho de 2006.** Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. Brasília: Casa Civil, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm. Acesso em: 24 set. 2024.

BRASIL. **Decreto Nº 9.057, de 25 de maio de 2017.** Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9057.htm. Acesso em: 24 set. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 24 set. 2024.

CARVALHO, J. L. de. **Corpos e culturas na educação a distância: um estudo de caso sobre formação e experiência em duas instituições públicas de ensino superior na Bahia/Brasil.** Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Bahia. 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/34197>. Acesso em: 23 ago. 2024.

CHAQUIME, L. P. **O processo de institucionalização da Educação a Distância na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) no período de 2004 a 2018.** 257 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/12004?show=full>. Acesso em: 24 set. 2024.





CRUZ, J. R. **A institucionalização da EaD no contexto da Educação Profissional e Tecnológica: o caso do IF Goiano.** Tese (Doutorado em Educação). Instituto Federal Goiano. Goiânia, 2022.

Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFG-2_f41f859f9eccea7df83d4a2ea6fdf92f.

Acesso em: 20. Ago. 2024.

FERREIRA, M.; CARNEIRO, T. C. J. A institucionalização da educação a distância no ensino superior público brasileiro: análise do Sistema Universidade Aberta do Brasil. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 19, n. 2, p. 228-242, 2015. Disponível em:

<http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2015.192.07>. Acesso em: 23 ago. 2024.

FERREIRA, M.; NASCIMENTO, J. P. R.; MILL, D. Institucionalização da educação a distância. In: MILL, D. (Org.). **Dicionário crítico de educação e tecnologias e de educação a distância**. Campinas: Papyrus, 2018. p. 359-363.

FERREIRA, M.; MILL, D. A institucionalização da Educação a Distância no Ensino Superior Brasileiro: desafios e estratégias. In: REALI, A. A.; MILL, D. **Educação a distância e Tecnologias Digitais: reflexões sobre sujeitos, saberes, contextos e processos**. São Carlos: EdUFSCar, 2014. 330p.

FERREIRA, M.; VELOSO, B. A institucionalização da educação a distância como pesquisa, crítica e produtividade. **EMREDE - Revista de Educação a Distância**, v. 10, p. 1-17, 2023. Disponível em: <https://www.aunired.org.br/revista/index.php/emrede/article/view/911>. Acesso em: 23 ago. 2024.

FONSECA, I. B. **O curso de licenciatura em Pedagogia EaD da Universidade Federal de São Carlos: reflexões sobre o currículo.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas e Biológicas – CCHB, Universidade Federal de São Carlos – Campus Sorocaba/SP, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/15815>. Acesso em: 23 ago. 2024.

GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. **Logeion: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, RJ, v. 6, n. 1, p. 57-73, 2019.

DOI: 10.21728/logeion.2019v6n1.p57-73. Disponível em:

<https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4835>. Acesso em: 22 jul. 2024.

KENSKI, V. M. Avaliação e acompanhamento da aprendizagem em ambientes virtuais, a distância. In: MILL, Daniel; PIMENTEL, Nara (Org.). **Educação a Distância: desafios contemporâneos**. São Carlos: EdUFSCar, 2013, p. 59-68.

MILL, D. Revisão sistemática de literatura como estratégia de pesquisa: apontamentos e roteiro para sua elaboração. In MILL, D.; OLIVEIRA, C.; VELOSO, B.; ROCHA, K. G.; SANTIAGO, G.; PARESCHI, C. Z. (Orgs.). **Diálogos sobre Educação a Distância, Presencial e Híbrida: Reflexões, Estratégias e Proposições**. São Paulo: Artesanato Educacional, 2023.

LÉVY, P. **Cibercultura**. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Ed. 34, 1999.

MANGUEIRA, C. H. M. de M. Organização do

Esta obra está licenciada sob
uma Licença *Creative Commons*





trabalho docente em cursos de graduação na modalidade a distância da UFPB. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas) - Universidade Federal da Paraíba. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/19441?locale=en>. Acesso em: 25 ago. 2024.

MOORE, M.; KEARSLEY, G. **Educação a distância: uma visão integrada**. Trad. Robert Galman. 2. ed. São Paulo: Thomson, 2007. 398 p.

MOREIRA, I. E. de V. **A institucionalização da Educação a Distância em instituições públicas brasileiras: uma revisão sistemática de literatura**. f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021. Disponível em <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/14663>. Acesso em: 23 ago. 2024.

PETTER, R. M. **Percursos e processo de institucionalização da Educação a Distância na Universidade Federal de Mato Grosso**. 338f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Programa de Pós-Graduação em Educação. Cuiabá-MT, 2019. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFMT_a6a072e9c39b7ed9645a6d51bb5cfd12. Acesso em: 20 ago. 2024.

PLATT, P. A. **Promoting Change Through a school-Based Model of Comprehensive Student and Family Support**. Kentucky's Family Resource and Youth Services Centers, 2009.

RADIN, M. M. T. **A gestão da educação a distância: um estudo a partir da Universidade Federal de Pelotas**. 2019. Tese (Doutorado em Política Social e Direitos Humanos) – Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2019. Disponível em: <https://pos.ucpel.edu.br/ppgps/wp-content/uploads/sites/5/2020/02/Tese-Marley-Maria-Tedesco-Radin.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2024.

RUMBLE, G. **A gestão dos sistemas de ensino a distância**. Brasília: UnB/Unesco, 2003.

SOUZA, E. A. G. **Educação a Distância: uma proposta de institucionalização para a Universidade Federal de Santa Maria**. Dissertação (Mestrado em Gestão de Organizações Públicas). Universidade Federal de Santa Maria, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/30358>. Acesso em: 15 de ago. 2024.

TAVEIRA, F. A. H. **Políticas de EaD na UFMS: Acesso e inovação na Educação Superior**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/4769>. Acesso em: 25 ago. 2024.

TOLBERT, P. S.; ZUCKER, L. G. A institucionalização da teoria institucional. In: CLEGG, S. R. *et al.* (Orgs.). **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1999. v. 1. p. 196-219.

VELOSO, B. **Incorporação orgânica da educação a distância nas universidades públicas**. 2022. 404. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/16143/Tese%20%20Final.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 21 out. 2024.

VELOSO, B.; FERREIRA, M.; SILVA FILHO, O. L.; MILL, D. **Institucionalização da Educação a Distância como prática de gestão: implicações e transições**





decorrentes da pandemia de Covid-19. **Revista Interações**, [S.I.], v. 19, p. 1-23, 2023. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/30739>. Acesso em: 19 ago. 2024.

VELOSO, B.; MILL, D. Institucionalização da educação a distância pública enquanto fenômeno essencialmente dialético. **Educação em Revista**, [S. l.], v. 38, p. 1-22, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/edrevista/article/view/33842>. Acesso em: 21 out. 2024.

VIEIRA, E. F.; VIEIRA, M. M. F. Funcionalidade burocrática nas universidades federais: conflito em tempos de mudança. **Revista de Administração Contemporânea [online]**, v. 8, n. 2, p. 181-200, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/KL4P77YfbmTYCzJRYP4Lnqj/>. Acesso em: 8 ago. 2024.

VILELA, T. J. V. **Institucionalização da Educação à Distância na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD): histórico, processos e fases**. 2019. 155f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/1620>. Acesso em: 25 ago. 2024.

WEBER, M. **Metodologia das ciências sociais**. Tradução de Augustin Wernet. 5. ed. [S. l.]: Campinas: Editora da Unicamp, 2016. 687 p.

